

O PERFIL DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

O trabalhador do setor melhorou sua posição relativa aos demais trabalhadores brasileiros

Alípio Ferreira Cantisani e Ana Maria Castelo

Nos últimos anos, a economia brasileira viveu um período de crescimento apoiado na expansão do crédito e em políticas de estímulo à demanda. Como resultado, o emprego no Brasil cresceu fortemente, levando a taxa de desemprego a um mínimo histórico. A redução do desemprego foi acompanhada de um movimento de grande formalização da força de trabalho do país, com reflexos importantes da renda das famílias. A construção civil impulsionada também pelo crédito e por estímulos governamentais contribuiu ativamente tanto para a redução das taxas de desemprego como para a formalização da força de trabalho.

Como seria de esperar, a grande procura por mão de obra qualificada pressionou o mercado de trabalho e levou a uma maior elevação dos salários: os trabalhadores da construção tiveram nos últimos anos aumentos reais expressivos. No entanto estudos recentes mostram também que a produtividade do trabalhador não acompanhou o ritmo dos salários.

A despeito da desaceleração recente do crescimento setorial, a questão do mercado de trabalho ainda se configura uma preocupação importante do empresário. O setor vive atualmente o encerramento de um ciclo de crescimento, mas necessidades habitacionais elevadas e um déficit de infraestrutura enorme indicam que a retomada do crescimento deverá novamente passar pelo setor da construção. Nesse sentido, a pouca disponibilidade de mão de obra qualificada mostra que é imprescindível aumentar a produtividade. Assim conhecer o perfil dessa mão de obra e sua

evolução nos últimos anos traz subsídios importantes para o debate.

O presente artigo tem como base estudo realizado para o **Sinduscon-SP** a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD-IBGE). A partir desses dados pôde-se traçar um retrato do trabalhador da construção no ano de 2013 (último ano pesquisado pela PNAD), comparando com o ano de 2004 e com outros setores de atividade.

Mudanças

O estudo mostra que, entre 2004 e 2013, o trabalhador da construção melhorou sua posição relativa aos outros trabalhadores brasileiros. No período, o número de pessoas ocupadas no país aumentou 13%. Por sua vez, o número de ocupados na construção aumentou 65%.

Os dados da PNAD confirmam o aumento expressivo na formalização, mostram uma redução na jornada de trabalho e um forte aumento no rendimento por hora trabalhada. Porém alguns padrões ruins persistem: o trabalhador da construção ainda tem um grau de instrução inferior à média nacional. Vale notar que houve evolução no nível médio de educação, mas muito mais tímida do que a evolução nos rendimentos, indicando que a fonte desse progresso foi a demanda aquecida na economia. Por fim, o setor da construção ainda atrai o trabalhador de sexo masculino e com menos anos de estudo.

Grandes números

Em 2013, a PNAD registrou quase 9 milhões de pessoas ocupadas no setor da

construção civil. Isso significa que 9% do total de pessoas ocupadas no país estavam na construção, o que representa 4% de todos os brasileiros. Esse valor é muito maior do que o observado em 2004, quando 6% do total de ocupados ou 3% da população estavam na construção. Essas proporções não diferem significativamente entre os Estados brasileiros, oscilando entre 7,1% no Distrito Federal a 11,1% no Amapá.

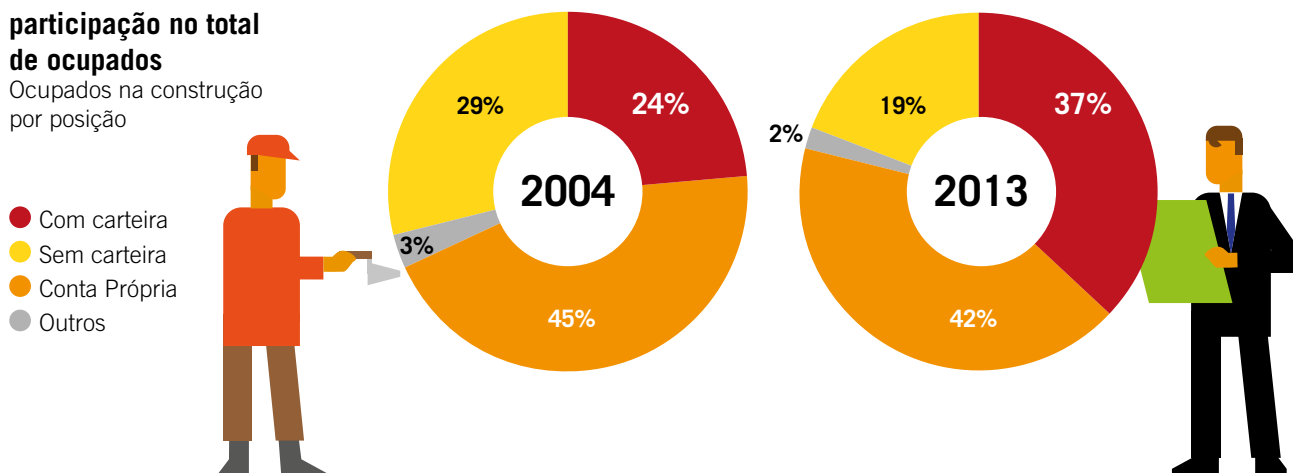
Entre 2004 a 2013, a população do Brasil passou de 183 milhões para 201 milhões de pessoas, um aumento de 10%. A PEA (População Economicamente Ativa) aumentou um pouco mais do que isso, 11%, e o número de pessoas ocupadas aumentou 13%, levando à queda das taxas de desemprego no Brasil. Medido pela PNAD, o desemprego no Brasil caiu de 8,9% em 2004 para 6,5% em 2013. Por sua vez, o número de ocupados na construção saiu de 5 milhões para quase 9 milhões de pessoas.

Nesse período, mudou também a composição da ocupação dos ocupados na construção. A contratação formal de trabalhadores aumentou de forma acelerada: se em 2004 somente um quarto dos trabalhadores da construção possuíam carteira de trabalho, em 2013 eles já representavam quase 40%. O número de trabalhadores com carteira mais que dobrou no período – aumento de 151%. Embora os trabalhadores “por conta própria” continuem sendo o maior grupo, os trabalhadores com carteira assinada já representam quase o mesmo número de pessoas. Além disso, exibem indicadores de rendimento e educação superiores. O avanço na formalização aproximou o setor da média de forma-

MAIS EMPREGO COM CARTEIRA E PANORAMA ESTADUAL EM 2013

Empregados com carteira aumentam participação no total de ocupados

Ocupados na construção por posição



PERFIL DO EMPREGADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

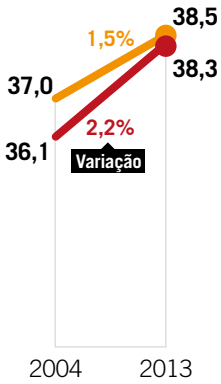
	Número de empregados	Idade média	% de homens	% carteira assinada	Média anos de estudo	Rendimento médio (R\$)	
AC	24.912	37,4	97,9	31,5	5,42	952	O DF tem um percentual de trabalhadores com carteira acima da média e com maior grau de instrução
AL	112.606	35,7	98,4	51,1	5,56	1.027	
AM	128.294	37,0	95,2	33,4	6,80	1.106	
AP	32.482	36,2	99,2	33,9	6,75	1.124	
BA	592.074	37,3	97,3	29,9	6,02	857	
CE	300.683	37,2	97,2	28,9	5,94	853	
DF	96.645	38,4	95,4	44,6	7,25	1.551	
ES	178.247	39,0	95,5	35,6	6,69	1.281	
GO	337.491	38,5	97,8	34,8	6,67	1.450	
MA	279.553	34,8	97,4	37,5	6,38	913	
MG	977.750	38,3	97,0	38,8	6,57	1.227	O Estado de São Paulo responde por 21% dos ocupados na construção, que têm a maior idade média entre as UFs
MS	132.909	37,8	97,2	31,8	6,57	1.355	
MT	134.827	37,7	97,0	35,4	6,61	1.478	
PA	345.274	36,2	96,5	33,7	6,85	1.025	
PB	155.824	37,4	98,0	29,7	4,58	744	
PE	341.316	37,0	96,8	44,0	6,50	926	
PI	135.630	36,3	99,6	42,9	5,49	835	
PR	518.676	38,3	96,8	33,0	7,14	1.441	
RJ	790.799	40,2	96,3	39,5	7,02	1.330	
RN	129.469	37,5	99,0	34,0	5,95	891	
RO	78.379	38,2	98,1	36,3	6,55	1.306	
RR	23.080	36,1	96,9	16,2	6,87	1.193	
RS	467.168	39,4	96,9	34,7	6,77	1.312	
SC	290.933	38,6	96,5	42,1	7,21	1.655	
SE	83.161	35,9	98,3	40,9	6,24	1.056	
SP	1.793.681	40,6	96,2	34,7	7,03	1.450	
TO	61.557	36,8	97,0	29,1	7,31	1.183	
Brasil	8.543.420	38,5	96,8	35,9	6,66	1.239	

Fonte: PNAD 2004 e 2013

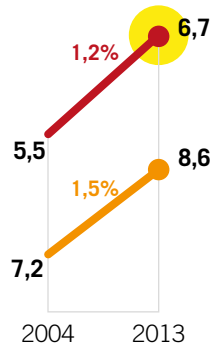
EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS E DA ESCOLARIDADE (exceto empregador)

- Ocupados Brasil
- Ocupados Brasil na construção

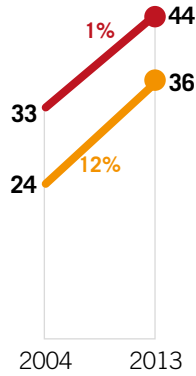
Média de idade
Em anos



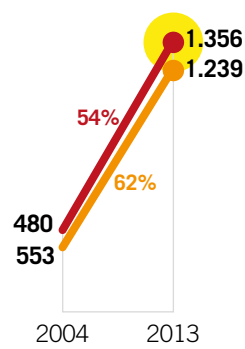
Anos de estudo
Média em anos



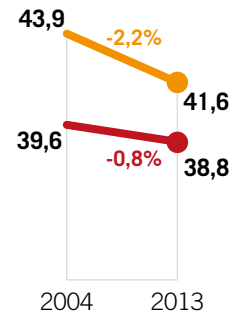
Carteira assinada
% dos que possuem



Rendimento em termos reais
Em R\$



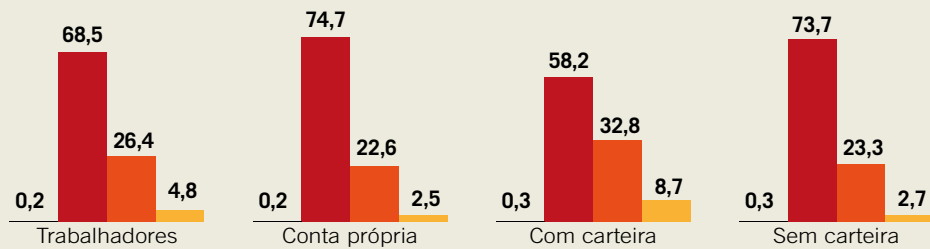
Horas de trabalho
Por semana



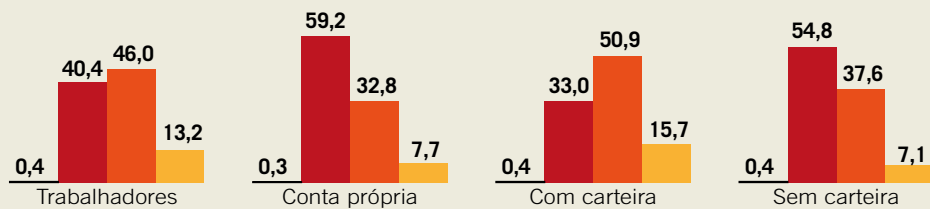
NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS TRABALHADORES - 2013

- Superior completo ou incompleto
- Ensino médio completo ou incompleto
- Fundamental completo ou menos
- Não determinado

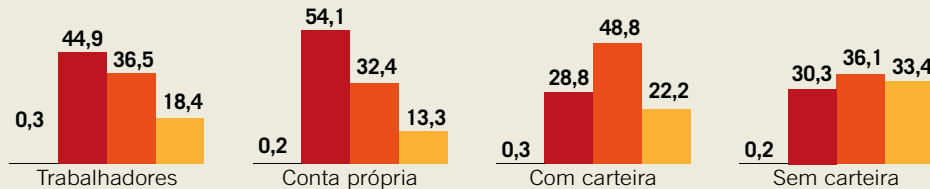
Trabalhadores da Construção



Indústria



Brasil



lização do mercado de trabalho brasileiro.

A formalização foi, de fato, um movimento observado em geral na população ocupada no Brasil na última década. Também similarmente ao resto da população ocupada no Brasil, os trabalhadores da construção obtiveram aumentos substanciais nos seus rendimentos. O trabalhador da construção, assim como o trabalhador brasileiro, está em média mais velho, trabalha menos horas por semana e tem mais anos de estudo. São variações que, embora tímidas, indicam avanços.

No entanto alguns padrões se mantêm: mesmo com os avanços, a média de anos de estudo entre os trabalhadores da construção ainda é 23% menor que a média dos trabalhadores brasileiros e os trabalhadores da construção possuem rendimentos médios 9% inferiores.

Perfil socioeconômico

O trabalhador médio brasileiro possui 38,3 anos, 8,6 anos de estudo, trabalha pouco menos de 40 horas semanais e recebe um rendimento mensal de R\$ 1.356,10. Em 2004, o trabalhador médio era dois anos mais jovem, um ano e meio menos educado e ganhava 50% a menos, em termos reais¹, trabalhando quase uma hora a mais por semana.

A idade média dos trabalhadores brasileiros aumentou na última década, seguindo o envelhecimento da população. Na construção, o processo foi similar, porém menos acelerado. Em média, o trabalhador da construção com 38,5 anos de idade é apenas um pouco mais velho do que o trabalhador brasileiro, com 38,3 anos. Mas há importantes diferenças quando se consideram as posições ocupadas pelos trabalhadores. Trabalhadores sem carteira assinada são bem mais jovens (33 anos) do que trabalhadores com carteira assinada (37 anos) e os trabalhadores “por conta própria” (42 anos). O envelhecimento médio de 1,5 ano dos ocupados na construção, mas não atingiu os trabalhadores com carteira assinada, que mantiveram sua idade média em 37 anos. Vale notar também que no Esta-

do de São Paulo o trabalhador médio é mais velho, com 40,6 anos.

Embora mais velhos, os trabalhadores da construção não possuem mais anos de estudo. A média dos anos de estudo aumentou menos do que a média de idade, tanto para os trabalhadores em geral quanto para o setor da construção. Apenas para os trabalhadores da construção com carteira assinada, cuja idade média se manteve em 37 anos, observou-se que a média de anos de estudo subiu um ano. Porém vale notar que a média de anos de estudo ainda é muito baixa – quase 2 anos inferior à média nacional dos trabalhadores.

No que diz respeito à distribuição de gênero, embora a PNAD aponte uma ligeira queda da proporção de homens no setor entre 2004 e 2013 – de 97,5% para 96,8% –, mantém-se a predominância do sexo masculino.

Com relação ao rendimento/hora, nota-se que o trabalhador médio brasileiro conseguiu reduzir em 0,8 a média de horas trabalhadas por semana e aumentar seus rendimentos reais em 54% entre 2004 e 2013. O trabalhador da construção conseguiu um resultado melhor: reduziu em 2,2 a média de horas trabalhadas por semana e aumentou em 62% seus rendimentos. Dessa forma, o rendimento do ocupado por hora trabalhada teve incremento real de 71% no período. Os custos da construção refletiram a alta da mão de obra: o INCC-DI mão de obra variou 110% entre os períodos de referência da PNAD (setembro de 2004 e setembro de 2013).

Formalização

Indiscutivelmente, a melhora dos indicadores do emprego na construção está associada à formalização desse mercado de trabalho. O aumento no número desses trabalhadores foi espetacular entre 2004 a 2013. O aumento de 151% no número de trabalhadores com carteira elevou em 13 pontos percentuais a participação desses trabalhadores no total de trabalhadores da construção. No entanto, os trabalhadores “por conta própria” continuam representando o maior grupo na distribuição por posição, com 3,6 milhões dos 8,5 milhões de trabalhadores da construção. O número de trabalhadores com carteira assinada alcançou 3,2 milhões em 2013.

A qualidade dos indicadores para os trabalhadores com carteira assinada é superior em diversos aspectos. O rendimento/hora do trabalhador formalizado é 15% superior à média dos trabalhadores da construção e 60% superior a dos sem carteira. Os trabalhadores com carteira são também os que mais trabalham, em média 43 horas por semana, obtendo por isso maior rendimento mensal total do que os “por conta própria” e os “sem carteira”. O nível de instrução dos trabalhadores com carteira é também expressivamente superior aos demais: 34% possuem ensino médio completo, em comparação a uma média de 24% para os trabalhadores do setor como um todo.

O grau de instrução explica somente parcialmente as diferenças na remuneração por hora trabalhada (uma medida indireta da produtividade do trabalho) e renda. É preciso notar que, em termos de anos de estudo, praticamente não há diferença entre os trabalhadores “por conta própria” e os empregados sem carteira – os “por conta própria” possuem até mesmo menos anos, em média. No entanto, a remuneração/hora trabalhada e a renda mensal dos trabalhadores “por conta própria” supera em muito a dos os empregados sem carteira. Isso está provavelmente associado à maior experiência desses trabalhadores, em média 10 anos mais velhos do que os empregados sem carteira.

De todo modo, a fotografia do nível educacional dos trabalhadores da construção mostra que a grande maioria parou seus estudos no ensino fundamental (até a antiga 8ª série, hoje 9ª série). São quase 70% dos trabalhadores com ensino fundamental completo ou inferior. Por outro lado, 50% não completaram o fundamental e 10% não possuem instrução nenhuma.

Percentuais abaixo da média nacional, onde 45% dos trabalhadores possuem ensino fundamental completo ou inferior, e 7% sem instrução nenhuma – um número muito influenciado pelo enorme peso dos trabalhadores da construção no número total de ocupados. Na comparação com os trabalhadores do comércio e da indústria, os trabalhadores da construção – mesmo aqueles com carteira assinada – também possuem um grau de instrução menor.

1 Para o cálculo dos rendimentos reais do trabalho, utilizou-se a variação do IPCA entre setembro de 2004 e setembro de 2013, períodos de referência da PNAD. A variação do índice nesse período foi de 59%.